

Nova Renascença

publicação trimestral



Julho/Dezembro

Verão
Outono de 1987

871

ANTÓNIO BRÁS DE OLIVEIRA

JAIME CORTESÃO E A RENASCENÇA PORTUGUESA

Passa, agora, o 75.º aniversário da Renascença Portuguesa, como, em 1984, passou o primeiro centenário do nascimento de Jaime Cortesão¹. É próprio do tempo! Como o é cruzarem-se os destinos dos homens e das coisas.

Nascido a 10 de Abril de 1884, em Ançã (para todos os efeitos «ao norte do Mondego», como aproveitará mais tarde), Cortesão foi cedo um «portuense adoptivo» e sócio número um da Renascença Portuguesa. A ele se ficou a dever a «profética ideia» daquele movimento, de que registou a paternidade em artigo assinado no «Primeiro de Janeiro» de 28-12-1951 (no, então, quadragésimo aniversário renascente)². Não necessitava de produzir, aí, melhor prova. Morreu, vinte e oito anos depois do movimento, a 14 de Agosto de 1960, no final de uma notável carreira de problematizador da História de Portugal, aureolado do merecido prestígio que lhe reconheceram cientistas e pensadores. Desse labor não darei conta aqui. Trato, tão só, de alinhar algumas notas de arquivo sobre a primeira importante intervenção cívica do poeta de *A Arte e a Medicina*; carrear algumas provas que delimitam a sua quota na criação e desenvolvimento da Renascença Portuguesa, factos decorridos entre 1911 e 1915.

1. A «SOCIEDADE» RENASCENÇA PORTUGUESA

O primeiro testemunho que Cortesão deixou impresso sobre a génese da Renascença ficou, se não erro, assinado nas páginas do jornal «O Norte» de 16 de Novembro de 1914³ e refere-se à reunião preparatória de 27 de Agosto de 1911, em Coimbra. Fala, então, o poeta:

«... A 'Renascença Portuguesa' nasceu dum sonho. Mas o sonho é como o caos, donde nascem os mundos. Não há grande poeta, herói, santo, legislador, cujos poemas, virtudes ou acções não houvessem surgido dum sonho. E eu não mais poderei esquecer aquela tarde de sonho, em que numa paisagem de Campos Elíseos, sonhada e diluída, nasceu no coração dum grupo de moços a 'Renascença Portuguesa'. Foi no *Choupal* de Coimbra; e nessa tarde de tanto sonhar, tão ardentemente imaginosa, nada sonhámos que igualasse sequer em grandeza a realidade presente ...»

Fala ali o poeta, disse. O leitor entendeu já porquê. Mas se a fala

do poeta não diz tudo o que a história regista, diz muito do que foi o tom «genesíaco» da Renascença. Já antes desse discurso (pronunciado por ocasião da reabertura da Universidade Popular do Porto, em Novembro de 1914), havia Teixeira de Pascoaes deslocado uma ponta do véu que envolvera, ao nascer, a Renascença. No n.º 9 da 'Vida Portuguesa' (4 de Março de 1913, p. 69) transcreve-se um depoimento do poeta das *Sombras*, primeiro prestado ao jornal 'O Século', em que o discurso (indirecto) deixa transparecer a mesma ambiência:

«... há pouco menos de um ano, Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra, Álvaro Pinto, Augusto Casimiro, Luís Filipe, Augusto Martins e ele [Pascoaes], além de outros, deliberaram reunir-se em Coimbra, animados pelo sonho de criar uma sociedade educadora do povo que o orientasse num sentido verdadeiramente lusitano. Foi Jaime Cortesão que os convidara por meio de cartas. O entusiasmo que a ideia despertou comunicara-se-lhes de pronto e ei-los reunidos, sob uma boa sombra do choupal, a tratar da próxima Renascença Portuguesa ...»

Vale a pena anotar algumas convergências destes dois fragmentos de pequena prosa. Note-se, desde logo, a coincidência entre a forma expressiva do sonho-projecto (caos genesíaco) de Cortesão — que Fernando Pessoa transformará, mais tarde e a outro propósito, em sonho-delírio (loucos os génios ...) — e o sonho animado da criação de Pascoaes. Naquele, porém, o sonho é também o tom simbólico e pagão do momento («paisagem de Campos Elíseos, sonhada e diluída»), por isso mais próximo da história. Ambos trazem uma referência ao *Choupal* de Coimbra, verdadeira e poética reminiscência-contrição de um outro movimento ali referido — o dos «Vencidos da Vida» — em cujas últimas realizações, disse depois Cortesão, haver «uma reviravolta e um programa implícito a realizar»⁴. Programa que agora se propunham? Sim, em parte, e muito a seu modo, como se perceberá. Retenha-se, agora, essa referência, à margem da expressão de Pascoaes, identificando o movimento como a *próxima* Renascença Portuguesa, reconhecimento implícito de um movimento de futuro, ideia que explicitará depois nas polémicas com António Sérgio a propósito do saudosismo.

Fechado o parêntesis de estilo, sublinhe-se que o citado passo da entrevista com Pascoaes contém referência a um facto importante para a crónica do movimento. «Foi Jaime Cortesão que os convidara por meio de cartas», diz. Assim foi. Pelo menos uma dessas cartas encontra-se parcialmente publicada por Álvaro Pinto na revista, que também fundou e dirigiu, «Ocidente», de Fevereiro de 1953 (n.º 178, p. 48). Outra, a dirigida a Raul Proença, guarda-se hoje na Biblioteca Nacional, integrando o espólio deste pensador⁵. Aqui, mais que na carta enviada ao fundador da «Águia», transparece a que chamei de «profética ideia», perfilhada por Cortesão, de fundar «uma Associação dos artistas e intelectuais portugueses», destinada a promover uma «acção social orientadora e educativa num meio como o nosso, onde não há grandes ideias, nem grandes homens que se imponham». Valerá a pena transcrever, dessa missiva

(datada de 26 de Julho de 1911, em S. João do Campo), alguns dos passos mais significativos:

«[...] a esta hora da noute, sinto-me cheio dum proselitismo sagrado e antevejo a alegria de pôr de parte todos os trabalhos egoístas, ainda mesmo os da minha Arte, para me dedicar a uma obra absolutamente nobre e necessária [...] Lembra-se que nos poucos momentos que aí estivemos juntos lhe falei dum projecto de Associação a realizar. Como me constituí em profeta dessa ideia, dirijo-me desde já a si, porque me parece a criatura mais competente para vencer a primeira dificuldade dessa empresa [...] falei-lhe da necessidade de fundar uma Associação dos artistas e intelectuais portugueses com o fim principal de exercer a sua acção, isenta de facciosismos políticos dentro da actual sociedade. Acção social orientadora e educativa num meio como o nosso, onde não há grandes ideias, nem grandes homens que se imponham. Você sabe: são os burros que triunfam e portanto a burrice também. Ora o que há a fazer é essa obra titânica de orientar esta gente, de criar um público consciente e ilustrado e de impôr artistas e intelectuais. [...] Eis porque lhe peço que faça esse programa, certo de que não fugirá a esse alto dever moral. Programa a que deve presidir uma orientação idealista, um largo espírito de tolerância, para que possa congregar numa acção comum os diversos grupinhos literários entre nós dispersos e animados duma mútua desconfiança e animosidade, uma fundamentação rigorosa e a imposição de alguns deveres a todos os associados.» [...]

Do pré-projecto de Cortesão, tal como transpira das duas cartas que conheço, resulta claramente a ideia de fundar uma associação de intervenção cultural e cívica, mais que um simples movimento de ideias ou movimento literário como veio a ser, de facto, a Renascença Portuguesa. Quer isto dizer que o objectivo era, porventura, mais indefinidamente ousado e generoso na concepção que o foi na realização, pese embora a defesa encomiástica que desta faz o seu mentor no discurso de Novembro de 1914. Na carta a Álvaro Pinto, datada de 22 de Julho (quatro dias antes da enviada a Proença), identifica também a Associação (grafada sempre com maiúscula) com «uma espécie de Maçonaria dos Artistas e intelectuais portugueses para se imporem e criarem uma grande corrente a seu favor e mesmo dar uma direcção nova à sociedade portuguesa», ideia que a Raul Proença pormenoriza dizendo que aquela seria uma espécie de Maçonaria «sem o carácter ridículo da outra», já que isso mesmo «ajudaria a tornar a escolha mais rigorosa, de modo a que só entrasse gente da mais comprovada honestidade».

A ideia de fundar uma associação fechada, senão secreta, além de deixar transparecer a proximidade de certos meios intelectuais (a que Cortesão e Proença pertenciam) da filiação maçónica do republicanismo português, quando ligada à de um magistério orientador e educador da sociedade, revela também certo «messianismo» latente na proposta, «superior missão» que apenas um homem estava em posição de levar às últimas

consequências: Teixeira de Pascoaes. Não conheço a carta de Cortesão a Pascoaes formulando o projecto (que se sabe ter sido escrita), nem a deste anuindo aos intentos; mas não é ousado extrair aquela ilação pelo que depois veio a ser a posição proeminente do poeta de Amarante na Renascença Portuguesa, posição aliás inequívoca logo no editorial do primeiro número da 2.^a série da «Águia»:

«Neste momento genésico e caótico da nossa Pátria, é necessário que todas as forças reconstrutivas se organizem e trabalhem, para que ela atinja rapidamente a sonhada e desejada harmonia.

O fim desta Revista, como órgão da 'Renascença Portuguesa' será, portanto, dar *um sentido* às energias intelectuais que a nossa raça possui; isto é, colocá-las em condições de se tornarem fecundas, de poderem realizar o ideal que, neste momento histórico, abraça todas as almas sinceramente portuguesas: — Criar um novo Portugal, ou melhor, ressuscitar a Pátria Portuguesa, arrancá-la do túmulo onde a sepultaram alguns séculos de escuridade física e moral, em que os corpos definharam e as almas amorteceram.

Por isso a *Sociedade* a que me referi, se intitula 'Renascença Portuguesa'. Mas não imagine o leitor que a palavra Renascença significa simples regresso ao Passado. Não! Renascer é regressar às fontes originárias da vida, mas para criar uma nova vida.» [...]

Não é este o único testemunho de que a «filosofia» subjacente ao projecto da Renascença foi, desde início, moldada sobre a concepção que desta tinha Teixeira de Pascoaes. Seis anos mais velho que Cortesão, Leonardo Coimbra e Raul Proença (mais cinco anos e dez meses que António Sérgio e doze que Álvaro Pinto), contava já com diversos títulos publicados e detinha a «chave» que permitia abrir a porta a muitos e importantes colaboradores, no momento em que o poeta de Ançã lhe escrevia, relatando a sua «nocturna» inspiração. As cartas trocadas entre Pascoaes e Álvaro Pinto (também publicadas no n.º 178 da revista «Ocidente») deixam transparecer um envolvimento simultaneamente entusiástico e «calculado». Na de 8 de Setembro (em vésperas da reunião de Lisboa, a 17 desse mês), que aproveita para enviar as provas do manifesto «Ao Povo Português» que ficara incumbido de redigir, diz não participar nos trabalhos seguintes «para que não imaginem lá que me quero salientar neste assunto.» E, na missiva do dia anterior, chegara mesmo a afirmar: «até me parece que não convém a minha ida a Lisboa». As reticências que colocava não eram sem fundamento. Na carta de 24 de Setembro, respondendo às novas que lhe aportavam, lastima ter sido modificada a «Ideia» num «sentido inferior», ficando na esperança «de que todos venham ainda a descobrir a verdadeira orientação». Revela, então, o que virá a ser o núcleo polémico da primeira dissidência:

[...] «Há muita gente obcecada por teorias científicas, sociais, etc., etc.! Há muita gente deslumbrada pelo falso fulgor que vem das nações da Europa. É preciso acompanhar a

Europa! ... e acabou-se! É, infelizmente, a preocupação de toda a gente portuguesa. É o nosso erro que já vem de antigos tempos. Portugal pertence à Europa, é certo, mas tem qualidades próprias e originais capazes de realizar, depois de reveladas e definidas, uma grande civilização. A revelação dessas qualidades é que chamei Renascença.» [...]

Mais tarde se verá como estas palavras profetizam o confronto com as teses de dois outros «renascentes», Raul Proença e António Sérgio, autores da primeira dissidência do movimento e principais pontos de referência de novas coordenadas no pensamento político português dos primeiros anos da República. Pascoaes, no entanto, não perdera tempo. Logo no dia 23 de Setembro, escrevera a Unamuno⁶ anunciando o reaparecimento da «Águia», agora como «órgão duma sociedade literária intitulada — ‘Renascença Portuguesa’». E acrescentava: «O fim da sociedade é revelar ‘a alma lusitana’, integrá-la nas suas qualidades essenciais e originárias. Brevemente enviar-lhe-ei os estatutos e o programa-manifesto que há-de ser espalhado por todo o País.» Tal programa-manifesto, de sua autoria (havia-o redigido na sequência da reunião de Coimbra), não chegaria, como tal, a ver a luz do dia, sem dúvida devido às divergências já manifestadas pelo «comité» de Lisboa. Dele aproveitará parte para o editorial do primeiro número da nova «Águia». Na reunião de Lisboa, realizada a 17 de Setembro, outra «musa» presidira, bem mais perto do país real que se propunha renascer, inspirando Raul Proença, também ele, então, encarregado de redigir um manifesto ao povo português em nome da sociedade (comissão, aliás, atribuída por Jaime Cortesão logo na carta de 26 de Julho). Ali também, havia, porventura, sido sustentado que o nome da sociedade fosse Renascença «Portuguesa» e não Renascença «Lusitana» como queria Pascoaes (expressão que usa no polémico manifesto). Não carece grande perspicácia perceber-se que a diferença não era apenas literária, mas também ideológica.

Permita-se aqui novo parêntesis explicativo. Nessa clivagem entre os dois projectos (de que ambos os manifestos são eloquente expressão), Jaime Cortesão irá representar um papel conciliador particularmente importante. Poeticamente «saudosista» por esse tempo (e, pouco depois, «dramaticamente» também), Cortesão havia empenhado todas as suas forças em levar a bom porto a empresa a que metera ombros, «obra absolutamente nobre e necessária», que pretendia «idealista» e com «largo espírito de tolerância», como significativamente prenunciava na carta a Raul Proença. Em reforço das teses de Proença aportaria, porém, António Sérgio, que em carta a Pascoaes viria a criticar, irónica e incisivamente, o seu decantado saudosismo, carta a que este responderá em editorial ao n.º 12 da «Águia» (Dez. 1912). Leonardo Coimbra, por sua vez, apostolava as ideias do poeta do *regresso ao Paraíso*, emprestando-lhe alguma da intuição filosófica que possuía («Águia», n.º 6, Jun. 1912). A meio caminho — num admirável esforço de compromisso, aliás ineficaz — encontrar-se-á Jaime Cortesão com o seu «Da ‘Renascença Portuguesa’ e seus intuitos», publicado no n.º 10 do órgão teórico do movimento (Out. 1912). Fazendo uso da história, e de certa filosofia da história (Oliveira Martins), tentará comprovar que «o renascimento do original espírito português está longe de ser adverso

à recepção das 'aspirações modernas' e, antes, promoverá 'no Povo português a parte da boa cultura que a Europa lhe possa trazer'».

Retomemos, porém, o fio dos acontecimentos que medeiam entre Setembro de 1911 (reunião de Lisboa) e Janeiro do ano seguinte (1.º número da «Águia» como órgão do movimento). Nesses curtos três meses, irão produzir-se alguns actos de capital importância para a corporização do projecto renascente. Perdido o carácter secreto, redigidos os manifestos, elaborados os estatutos, formados os comités e eleitos os primeiros corpos gerentes, a «sociedade» irá entrar no seu primeiro ano de existência. Vejamos, em breves linhas, como se conformaram esses alicerces.

Logo na carta de 26 de Julho a Raul Proença, advogava Cortesão a constituição de três «grupos com sedes em Lisboa, Porto e Coimbra» e uma quotização mensal dos sócios de 300 réis, depois de realizada uma jóia de 5.000 «para fazer face às despesas indispensáveis de instalação». Tais grupos ou comités, como depois ficaram a designar-se, formaram-se na reunião de Lisboa, de par com a escolha dos directores da «Águia». Aí, também, devem ter sido ultimados os primeiros estatutos, delineados apenas na reunião de Coimbra, como revela o texto de outra carta de Cortesão a Proença, datada de 1 de Setembro: «Como verá é um esboço ainda muito incompleto e imperfeito. Faça-lhe o meu amigo as emendas que entender e mande depois»⁷. O texto final veio a ser sistematicamente reproduzido na «Águia», durante todo o ano de 1912, na folha de anúncios. De uma grande singeleza, ocupa 14 artigos, repartidos por 9 capítulos: «Da sociedade e seus fins; Da sua constituição; Da admissão dos sócios; Deveres dos sócios; Direitos dos sócios; Penalidades; Do fundo social; De «A Águia»; Dissolução da sociedade».

Pragmáticos, reflectindo porventura, desde logo, um certo compromisso, os primitivos estatutos descobrem uma visão realista da agremiação, a que não deverá ter sido estranha a pena de Raul Proença. Com sede provisória no Porto, sede que deveria acompanhar o local em que estivesse a redacção da «Águia», a sociedade passa a ter três «ramos» em Lisboa, Porto e Coimbra, a que correspondem os três comités encarregados de «proceder à admissão dos sócios e propaganda dos fins da sociedade». Significativamente, aí se determina a composição numérica dos membros de cada comité: 12 por Lisboa, 10 pelo Porto e 8 por Coimbra. A capital mostrava então um peso relativo, decerto político, que estava longe de vir a ter paralelo em activo comprometimento nos fins que se propunha: «Promover a maior cultura do povo português, por meio do manifesto, da revista, do livro, da biblioteca, da escola, etc.» (art.º 2.º). É importante anotar que os meios indicados, nesse normativo, correspondiam de perto aos que Proença defendia no manifesto nunca distribuído, onde se lê:

«Os problemas são variadíssimos: educativos, económicos, morais, literários, artísticos, financeiros, militares, coloniais. A escola, o livro, a revista, o panfleto, o manifesto, a conferência, a exposição, o inquérito, a viagem de informação e de estudo — tais são os meios que temos ao nosso alcance. Por eles diligenciaremos criar em Portugal estas duas coisas absolutamente novas: uma *élite* consciente, uma *opinião pública* esclarecida.»

Os sócios, efectivos e correspondentes (nestes se incluirão, desde início, Unamuno, Philéas Lebesgue, Ribera y Rovira e Almáquio Dinis), eram admitidos pelos comités, por maioria de 2/3, e pagavam uma jóia de 1.000 réis, a que se somava a quota mensal de 500 réis (esta um pouco acima da proposta inicial de Cortesão). Ficavam, além disso, vinculados a oferecer «a cada biblioteca da *Renascença* um exemplar das obras que publiquem» (art.ºs 4.º e 8.º). O artigo décimo anatimizava, com a expulsão, os sócios «que voluntariamente promoverem o descrédito da sociedade ou faltarem ao pagamento de mais de três quotas, sem motivo justificado». Resta saber em que parte do corpo deste artigo ficaram incursos alguns dos que vieram a ser excluídos, sanção efectivamente aplicada, como resulta das (poucas) actas publicadas na «*Vida Portuguesa*».

No mesmo local da «*Águia*» de que se extrai o texto dos primeiros estatutos, vem incluída a lista dos membros dos comités em actividade:

«*Comité* do Porto — A. Guerra Junqueiro, António Carneiro, Antero de Figueiredo, Augusto Martins, Cristiano de Carvalho, Jaime Cortesão, João Augusto Ribeiro, Leonardo Coimbra, Teixeira de Pascoaes e Álvaro Pinto (secretário).

Comité de Coimbra — Afonso Duarte, António Joice, Correia Dias, Eugénio Sanches da Gama, Gustav Adolf Bergstrom, Martins Manso, Ribeiro Lopes e Augusto Casimiro (secretário).

Comité de Lisboa — Afonso Lopes Vieira, António Correia de Oliveira, António Ferreira de Macedo, António Sérgio, Francisco Fernandes Lopes, João Correia de Oliveira, João de Barros, José de Magalhães, Luís da Câmara Reis, Mário Beirão, Raul Proença e Eliseo de Campos (secretário).

As listas apareciam cuidadosamente impressas pela ordem alfabética dos nomes dos «renascentes», sem que isso dificulte perceber, hoje, a concentração saudosista a Norte e a distribuição, a Sul, dos futuros dissidentes, onde, note-se, se inclui desde o primeiro dia o nome de António Sérgio. Os primeiros corpos gerentes virão a ser ocupados (lista de 1913), em maioria, por nomes ligados ao comité do Norte: Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoaes, Coelho de Magalhães, Correia de Sousa, Ângelo Vidal e António Fernandes da Silva, na Mesa da Assembleia Geral; Álvaro Pinto, Antero de Figueiredo, Cristiano de Carvalho, Jaime Cortesão e Joaquim da Costa Carregal, no Conselho de Administração; Albano de Sousa, António Dias Pimentel e Bernardino Vareta, na Comissão Fiscal. Retenha-se, por fim, que a própria responsabilidade da revista incluía apenas, do comité de Lisboa, o director científico, José de Magalhães (a direcção literária pertencia a Teixeira de Pascoaes e a artística a António Carneiro), cujo peso virá a ser, aliás, reduzido em número de colaborações.

2. OS «ÓRGÃOS» DA RENASCENÇA PORTUGUESA

Digamo-lo à partida: A *Renascença Portuguesa* não teve um, mas dois órgãos: *A Águia*, órgão teórico, e *A Vida Portuguesa*, órgão de propaganda. A afirmação pode parecer um tanto especiosa, sabendo-se que «*A Vida Portuguesa*» foi sol de pouca dura, mas tem sua importância, seja

como marco biográfico daquele que foi seu director — Jaime Cortesão — seja como referência de outra coordenada de intervenção da Renascença, coordenada que se não reflectiu na sua expressão literária. E se é hoje corrente reduzir o movimento à sua principal dimensão cultural — a de certa corrente literária e artística, de longe dominante, que foi o saudosismo — é também certo haver, aí, alguma injustiça, praticada não tanto sobre esforços que se esgotaram, como sobre muitos dos homens e ideias agitadas em torno dele. Quer isto dizer que uma abordagem histórica, que privilegie ou acentue o reflexo social e cívico da Renascença, deverá ter em conta o conjunto de todas as realizações, logradas ou apenas ensaiadas, sob sua égide. Bastaria ter em conta o ideário pedagógico de alguns dos seus mentores — Cortesão, Sérgio, Coimbra e Proença — para suspeitar, aí, alguma intervenção. E desse ideário, como das actividades que lhe andaram ligadas, fez-se arauto o *Boletim da Renascença Portuguesa*, significativamente subintitulado *Quinzenário de inquérito à vida nacional*. Tal era o escopo que se propunha «A Vida Portuguesa».

Na carta, que venho anotando, de 26 de Julho de 1911, a Raul Proença, colocava Jaime Cortesão como objectivo primeiro da nova Associação, «a fundação duma revista orientadora e educativa», que fosse seu órgão. E adiantava: «Poder-se-ia aproveitar com largas modificações a *Águia*, que tinha a vantagem de já ter um certo público e uma certa organização». Tal reconhecimento era justo e certo. Na primeira série da «*Águia*», haviam colaborado alguns dos nomes mais representativos da geração do princípio do século, ao lado de outros da geração anterior (a chamada «geração de 90 ou do fim do século»), que sediavam no Porto e representavam o principal centro da intelectualidade portuguesa de então. Aqueles 10 primeiros números da «*Águia*», como, aliás, depois também alguns da segunda série, configuram, por isso, uma certa «passagem de testemunho» entre os dois grupos, testemunho não apenas literário, mas também filosófico e até, em parte, ideológico. A revista havia vingado devido a uma judiciosa administração (Álvaro Pinto) e, sobretudo, pelo *tom* de novo romantismo (como lhe chamou Óscar Lopes) da sua prosa, junto com uma lírica eivada ainda de nefelibatismo, mas aberta ao que Fernando Pessoa viria a designar por «transcendentalismo panteísta» e com cujos precursores identificava, precisamente, Teixeira de Pascoaes e Jaime Cortesão. Tudo isto se figurava no modo exaltado de um ressurgimento próximo das letras portuguesas, a que a revolução republicana triunfante emprestava generosidade e uma, ainda que mal definida, perspectiva. Parece justo, a este propósito, chamar a atenção para alguns textos, então impressos. Em primeiro lugar, a nietzscheniana profissão de fé de Manuel Laranjeira, logo no artigo da abertura do primeiro número:

«A razão das maiorias é uma força conservadora; a razão dos homens superiores é uma força criadora. As maiorias são a estabilidade, o homem superior é o *perpetuum mobile* do progresso. As maiorias tendem a fixar o estabelecido; o homem superior é uma força de evolução progressiva. Às vezes o conflito entre estas duas tendências, uma estagnadora, outra propulsora e genesiaca, estala» [...]

Trata-se, ali, de manifestar uma das filiações filosóficas mais claramente marcantes, de entre as que irão ficar expressas nas páginas da «Águia», e o indício claro de certa «costela» do pensamento português do princípio do século, a que não ficaram decerto imunes, entre outros, e cada um a seu modo, Jaime Cortesão, Raul Proença e Fernando Pessoa. Em segundo lugar, ressalta o texto de prenúncio do saudosismo pascoalino num artigo de circunstância, «Os lavradores caseiros», também naquele número, em que o poeta das *Sombras* (se) afirma:

«Os *lavradores* são a parte mais esquecida do nosso Povo, porque vivem longe do mundo onde se luta e pensa, em perfeita noite medieval, povoada de bruxas e fantasmas e de todas as superstições católicas que os padres, estreitos e broncos, lhes injectam na alma, como se injecta um veneno — nessa alma que, a nu e a limpo, é aquela Alma excepcional, instintivamente naturalista e mística, que criou a Saudade, promessa duma nova *Civilização Lusitana*.» [...]

Jaime Cortesão colabora naquele número com um poema em prosa, «O Poeta», de entre todos o mais eloquente testemunho daquele preciso *tom* que Pessoa iria glosar com o atributo de panteísta:

«Poeta é o que vê a árvore sem o tronco, a fonte sem a água, a nuvem sem o vapor, o que assiste ao acordar duma semente estremunhada, o que vê o primeiro passo duma Alma que se despenha no Amor, que grita em mil vozes o que os outros apenas balbuciam, que em si realiza os desejos de todos os homens e que adivinha em cada época o filho que a Humanidade cria em gestações de sonho [...] Poeta é o que sente a saudade de ter sido Deus e o desejo de o tornar a ser.» [...]

Lado a lado com Cortesão, Pascoaes e Laranjeira, assinam Raul Proença, Leonardo Coimbra, Januário Leite e João da Silva Figueiredo, na prosa, e José Augusto de Castro, Augusto Casimiro, Afonso Duarte, Júlio Brandão e Maria de Castro (aliás, Augusto Casimiro), na poesia. E tal plêiade de novos interventores, completar-se-á, ao longo da primeira metade de 1911, com os nomes de António Augusto Cortesão (pai de Jaime Cortesão), Aarão de Lacerda, Afonso Lopes Vieira, Alfredo Guimarães, Alfredo Mesquita, Álvaro Pinto, Ângelo Vaz, Antero de Figueiredo, António Carneiro, António Correia de Oliveira, António Marçal, António Patrício, António Sérgio, Artur Ribeiro Lopes, Bernardo de Passos, Carlos Lemos, Carlos Parreira, Cervantes de Haro, Coelho Neto, Correia Dias, Cristóvão Aires (filho), Cruz Andrade, Cristiano de Carvalho, Cristiano Cruz, João Augusto Ribeiro, João de Barros, João Correia de Oliveira, João de Deus Ramos, Joaquim de Almeara, Joaquim Manso, José Pereira de Sampaio (Bruno), Júlio Ramos, Luís Filipe, Manuel Cardoso Marta, Manuel Eugénio Massa, Manuel Marques Mano, Manuel de Sousa Pinto, Manuel da Silva Gaio, Mário Beirão, Miguel de Unamuno, Philéas Lebesgue, Rafael Ângelo, Raúl Lino, Reis Machado, Ricardo Jorge (filho), Sanches de Castro, Veiga Simões, Virgílio Ferreira.

Em Julho de 1911, publica-se o último número da revista de Álvaro Pinto, que havia apenas «aberto assinatura» para tanto⁸. Concluía-se um projecto limitado *ab ovo*. Então se produzem as cartas de Jaime Cortesão (a primeira de 22 daquele mês e ano), prenunciando a «renascente Associação», logo seguidas das reuniões de Coimbra e Lisboa, dos manifestos, dos comités, dos estatutos e, enfim, dos primeiros corpos gerentes da «Sociedade Renascença Portuguesa».

Meio ano volvido, em Janeiro de 1912, explodia nos escaparates a segunda série da «Águia», agora como «órgão» daquela sociedade e «Revista mensal de Literatura, Arte, Ciência, Filosofia e Crítica Social». Na reunião preparatória de Lisboa, a 17 de Setembro de 1911, ficara estabelecida a direcção: Teixeira de Pascoaes (director literário), António Carneiro (director artístico) e José de Magalhães (director científico). A edição e administração continuavam a pertencer a Álvaro Pinto. Começava a realizar-se o sonho do poeta de *A Morte da Águia*. E não deixe escapar-se tal nota: a Águia renascente era a Fénix que emergia do poema que cantava a própria morte. Estranho parece, à primeira vista, que Jaime Cortesão não figure entre os directores da «Águia», ele que a nomeou e de cuja «profética ideia» ganhou realidade. As razões mais plausíveis, que para tanto encontra, são duas: Por um lado, Cortesão cedia a Pascoaes, o mais consagrado dos renascentes, a prestigiante primazia do cabeçalho, primazia que iria beneficiar em primeira linha a revista e, por isso, o próprio projecto. Em segundo lugar, reservava-se a disponibilidade para outras iniciativas, de que aliás foi principal motor: a intervenção pedagógica da Renascença.

A longa existência da revista renascente encontra-se ainda por biografar. Também não será este o lugar mais indicado para o fazer. Anote-se apenas que a segunda série durará até 1921 (XX vols., 120 números), ano em que o próprio Cortesão co-inspirará a cisão que produz, em Lisboa, a *Seara Nova* (aliás generosamente recenseada no último número da «Águia», em Outubro de 1921, p. 59). Esforços realizados no sentido de conjurar as duas revistas, agora já expressão de dois distintos movimentos, fracassaram por inteiro. Entre Janeiro de 1912 e Dezembro de 1916, a direcção é assegurada por Teixeira de Pascoaes, que dela se despede em carta publicada no n.º 63 (Março de 1917), datada ela própria de 5 de Janeiro de 1917 e laconicamente endereçada «ao ilustre Presidente da comissão executiva ou à pessoa que mais idónea fôr». Entre Janeiro de 1917 e Outubro de 1921, fica a direcção confiada a António Carneiro e Álvaro Pinto (designados «director artístico» e «gerente» até ao n.º 90, de Junho de 1919, e «directores», *tout court*, depois disso). A *terceira série* inicia-se em Julho de 1922, terá por director Leonardo Coimbra (a que se junta António Carneiro, depois de Janeiro de 1923) e durará até Dezembro de 1927 (60 números publicados e subnumerados de 120 a 180). A responsabilidade da *quarta série* (12 números, em 1928 e 1929) caberá, depois, a sucessivas comissões directivas, compostas por Leonardo Coimbra, Teixeira Rego e Hernâni Cidade (Janeiro-Dezembro de 1928); Leonardo Coimbra, Casais Monteiro e Sant'Anna Dionísio (Janeiro-Outubro de 1929). A *quinta e última série* (3 números apenas) sai, ainda, pela mão de Leonardo Coimbra e Sant'Anna Dionísio (Janeiro-Fevereiro de 1932); Aarão de Lacerda, Leonardo Coimbra e Sant'Anna Dionísio (Março-Abril de 1932)

e Aarão de Lacerda, Delfim Santos, Leonardo Coimbra e Sant'Anna Dionísio (Maio-Julho de 1932).

Perdoe-nos o leitor o jeito de inventário que estas linhas apresentam. Impunha-se, todavia, para tentar repor algum rigor que vimos ausente em diversas referências inexactas, não só nas datas, como nos nomes dos responsáveis daquele órgão da Renascença Portuguesa, órgão cuja vitalidade, aliás, ultrapassou o próprio palpitar da «Sociedade» originária.

Jaime Cortesão incluirá colaboração em todos os números da primeira série, e em 50 dos da segunda (alguns de numeração múltipla). Seria fastidioso enumerar tão extensa colaboração e inútil, até, por ter ficado esgotada na bibliografia do poeta da «Divina Voluptuosidade», recolhida por José Neves Águas. O certo é que no número triplo de Julho-Setembro de 1920 (n.º 103-105), cessa tal colaboração. Nos doze anos seguintes, o canto da Águia terá outro timbre, cada vez mais perto do diluído estertor do fim.

A 31 de Outubro de 1912, abria com estas palavras o editorial do número um de «A Vida Portuguesa», assinado por Jaime Cortesão:

«O aparecimento deste quinzenário não é uma resposta aos críticos da 'Renascença Portuguesa', tardia resolução que os reparos de outrem motivassem: muito antes, é o cumprimento pontual duma promessa nossa.» [...]

O novo periódico, que se apresentava *Boletim da Renascença Portuguesa*, vinha, de facto, cumprir uma promessa dos renascentes e preencheu uma função que, hoje, encontramos quase esquecida: Ser voz de agitação e propaganda da *Obra* do movimento. Ele ficou a ser, por isso, o primeiro e mais completo repositório de informações sobre a intervenção cívica, cultural e pedagógica da Renascença entre 1912 e 1915. Vejamos como.

No dia 2 de Junho de 1912, realizara-se no Porto uma reunião de sócios do movimento, delineando a execução dessa outra face do programa que se haviam proposto: «Promover a maior cultura do povo português, por meio da conferência, do manifesto, da revista, do livro, da biblioteca, da escola, etc.» Para tanto, fora decidido lançar um *quinzenário de inquérito à vida nacional*, constituindo-se os renascentes em comissões inquiridoras por quatro grandes áreas temáticas. O objecto de tais inquéritos, como a composição das comissões, ficaram lavrados logo naquele primeiro número do *Boletim*:

Problema Religioso: Realidade psicológica. Realidade sociológica. Valor gnossológico. Realidade e valor metafísico. As novas sínteses religiosas possíveis. A característica nacional do problema religioso. A síntese lusitana (*Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra, Teixeira de Pascoaes*);

Problema Educativo: O ensino e a educação; distinção e relações recíprocas ou separação radical e seus fins. Distinção e relação hierárquica do plano teórico e do plano prático da vida. O plano teórico: A personalidade. O plano prático: O operário. A organização pedagógica. A organização universi-

tária. A família e a escola. O estado e a escola. (*Alfredo Coelho de Magalhães, António Sousa, Augusto Martins, Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra, Rodrigues dos Santos*);

Problema Social: O regímen da propriedade em Portugal. Legislação. Origens e história das corporações de ofícios. Regímen comunal. A economia. O proletariado. A fábrica e o campo. O século XIII e a emancipação económica da Europa: a) — influência da legislação francesa na vida económica portuguesa; b) — a burguesia; c) — o povo. O idealismo socialista. Primeiros ensaios. Os sindicatos profissionais. A federação cooperativa. Escolas económicas e sua influência no proletariado: o colectivismo, o mutualismo proudhoniano, o anarquismo. O sindicalismo. Inquérito à vida operária. (*António Sousa, Armando Marques Guedes, Cristiano de Carvalho, Fernandes da Silva*);

Problema Económico: Proporcionalidade entre o capital, o trabalho e a terra. População. Emigração. Aptidões culturais. Rendimento agrícola. Hidráulica agrícola. Crédito agrícola. Comércio e indústrias. Organização bancária. Assistência e Misericórdias. Penhores. Caixas económicas. Estatística. Empréstimos. Contribuições. Remédios de reconstituição. (*Albano de Sousa, Álvaro Pinto, Xavier Esteves*).

Três qualidades perpassam deste projecto: É *ambicioso*, no sentido mais generoso do termo, isto é, exprime uma «fidalga» tentativa de indagação da terra e das gentes que se propunha transformar pela via da intervenção cívica educadora; é *lúcido*, no que deixa transparecer de efectiva compreensão das raízes e implicações dos problemas contemporâneos, ainda que numa perspectiva teórica, largamente utópica e idealista; é, por fim, «*nortenho*», ou seja, reflexo de uma boa parte da tradição republicana do norte, simultaneamente culta e jacobina (que Junqueiro, Basílio Teles e Sampaio Bruno não desdenhariam subscrever, anos antes), agora renovada pela abordagem saudosista. O certo é, porém, que não logrou cumprir-se.

Percorrendo os 39 números do *Boletim*, encontramos um considerável relevo dado aos problemas educativo e económico, com destaque ainda para aquele, de par com um quase completo silêncio em torno dos restantes. Sobre o problema religioso, incluirá «A Vida Portuguesa» apenas um artigo, assinado precisamente por Jaime Cortesão e intitulado «Os Santos portugueses» (n.º 36, pp. 121-122). Trata-se do primeiro de um conjunto de apontamentos (partindo de uma conferência realizada a 1 de Maio de 1915, no Liceu Rodrigues de Freitas), que não chegaram a publicar-se na íntegra. Um outro artigo, de Alfredo Coelho de Magalhães, sobre «O Religiosismo da raça portuguesa», não passa de nota de circunstância sobre a intervenção do director da *Biblioteca Lusitana* no 1.º Congresso Pedagógico, organizado pelo Sindicato dos Professores primários de Portugal (n.º 25, pp. 33-34)). Sobre o problema social, tanto quanto era possível distanciá-lo do económico, aparece apenas o escrito de Amílcar de Mascarenhas «A recente transformação ético-política dos Estados-Unidos», aliás na forma de recensão crítica ao livro *Educação Cívica* de António Sérgio (n.º 36, pp. 115-116).

Foi o grupo encarregado de inquirir sobre o problema educativo que melhores provas deu de dinamismo. Entre artigos de fundo e notas de vulgarização, contou 55 colaborações, assinadas por Jaime Cortesão, António Sérgio, Luísa Sérgio, Augusto Martins, António de Sousa, Leonardo Coimbra, João Diogo, Correia de Sousa, Alfredo Coelho de Magalhães, Teixeira Rego e Eduardo Coelho. De entre estes, Jaime Cortesão, António e Luísa Sérgio e Augusto Martins sobrelevarão nos artigos de fundo, enquanto António de Sousa e Correia de Sousa irão assegurar a coluna de «vulgarização científica». Da generosa colaboração do casal Sérgio, ficou-nos, depois, o testemunho do próprio autor dos *Ensaio*s nas páginas da revista «Portucal»⁹.

O inquérito à vida económica portuguesa irá revelar, em escritos de especial cuidado e até lucidez crítica, nomes como os de Ezequiel de Campos, Henrique da Assumpção, Albano de Sousa (o mais loquaz) e, também aí, António Sérgio, com o seu «O Livre-Cambio» publicado nos n.ºs 21 e 22 de Jan.-Fev. de 1914.

Onde, porém, o *Boletim da Renascença Portuguesa* irá mostrar-se especialmente pródigo — e nisso constitui, hoje, a sua maior glória — é no relato detalhado de todas as actividades do movimento, ora em notícias de primeira mão, ora reproduzindo-as de outros periódicos de maior expansão, num esforço notável de agitação e propaganda da *Obra* renascente. Crónicas, recensões, actas, novidades, planos de cursos, inquéritos, relatórios e contas, campanhas, apelos, subscrições, polémicas, etc., de tudo um pouco se fará eco «A Vida Portuguesa». Por isso, constitui a mais importante fonte para a história do que foi a intervenção cívica e cultural da Renascença.

Apenas um apontamento sobre alguns dos textos que merecem ler-se, com especial atenção, seja por reflectirem áreas de intervenção privilegiadas pelos renascentes, seja pelo tom polémico que assumiram. Para a história da Renascença, além da transcrição dos manifestos *Ao Povo português*s de Teixeira de Pascoaes e Raul Proença, que se não encontram publicados em qualquer outro local (n.º 22, pp. 10-12), inscreveu sistematicamente o *Boletim* uma minuciosa cronologia, reportada inicialmente a 27 de Agosto de 1911 e suspensa a 2 de Fevereiro de 1915 (n.º 33, p. 102). Todo o palpitante da sociedade nas suas mais variadas iniciativas (culturais, associativas, editoriais ...) se encontra, aí, registado pela pena de um sócio anónimo (que talvez não fosse ousado tentar identificar com Álvaro Pinto). De António Sérgio, importa salientar três artigos de fundo cujo tema contrasta com quaisquer outros e de que o último constitui, aliás, esboço de uma polémica com Jaime Cortesão. São eles as «Variações do amigo Banana, amor de estudos históricos, sobre Inquisição e Humanismo; divulgadas para entretém dos ociosos por um seu familiar indiscreto e também amor dos ditos estudos» (n.º 4, p. 28-30), a «Carta a José Fagundes, Poeta lírico, sobre o Bacharel e suas causas» n.º 12, pp. 91-94) e os «Golpes de malho em ferro frio: Aos portugueses de 16 anos que não ambicionam ser poetas líricos» (n.º 16, pp. 121-128). A este último, respondeu Jaime Cortesão com a «Carta» intitulada «O Parasitismo e o Anti-historismo» publicada no n.º 18 (pp. 137-139) e Sérgio, de novo, com «O Parasitismo Peninsular: Carta a Jaime Cortesão» (n.º 20, pp. 153-159). Nas campanhas, por fim, ressaltam a subscrição a favor de Gomes Leal, iniciada com uma intervenção de Teixeira de Pascoaes no n.º 9 (pp. 65-66)

e a da Grande Guerra, de que se fez pioneiro Álvaro Pinto com o artigo «No Deserto ... Portugal e a Guerra Grande» [sic], publicado logo em 1 de Setembro de 1913 (n.º 17, pp. 130-131).

3. A «OBRA» DA RENASCENÇA PORTUGUESA

Se quisermos ensaiar uma memorização sistemática do que foi a *Obra* da Renascença Portuguesa, haveremos de a considerar em três grandes linhas, sinónimo de outras tantas áreas de intervenção: A obra editorial, a obra cultural e cívica e a obra pedagógica. Na primeira, incluir-se-á a história daqueles que foram os órgãos do movimento, «A Águia» e «A Vida Portuguesa», e a das chamadas *Biblioteca Renascença Portuguesa*, *Biblioteca Lusitana* e *Biblioteca Infantil e Popular*. Na segunda, considerar-se-á a actividade associativa propriamente dita, com as múltiplas iniciativas que lhe andaram ligadas (homenagens, conferências, vida associativa ...), as campanhas de que os renascentes se fizeram paladinos (Gomes Leal, Grande Guerra ...) e a respectiva intervenção inquiridora (Inquéritos ao problema educativo, económico, social ...). Na última, registar-se-á a intervenção das Universidades Populares.

Claro é, não caber, num apontamento breve, inventariar tal ou tais actividades da Renascença. Outrossim interessa deixar o rastilho que provoque estudos completos, fazendo-se aqui, apenas, parte da leitura que a primeira e terceira daquelas áreas sugerem, aceitando sempre como pretexto a posição cimeira daquele que primeiro se nomeou.

A par da publicação da *Revista mensal de Literatura, Arte, Ciência, Filosofia e Crítica Social* e do *Quinzenário de inquérito à vida nacional*, aliás em muito complementares, contou a sociedade portuense, entre os seus méritos, assegurar a edição de perto de duas centenas de obras dos seus sócios (e não só), entre as quais se regista, logo no primeiro número da «Águia» *A Evocação da Vida* de Augusto Casimiro, *Regresso ao Paraíso* e *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo* de Teixeira de Pascoaes e *Esta História é para os Anjos* e *A Sinfonia da Tarde* de Jaime Cortesão. Cerca de vinte anos volvidos, por ocasião da derradeira «Morte da Águia», contava a Biblioteca da Renascença Portuguesa 184 títulos, entre 87 autores, contemporâneos e «clássicos», com especial destaque para António Sérgio (9 títulos), Augusto Casimiro (7 títulos), Ezequiel de Campos (6 títulos), Jaime Cortesão (9 títulos), Leonardo Coimbra (9 títulos), Raul Brandão (6 títulos) e, *primus inter partes*, Teixeira de Pascoaes (13 títulos)¹⁰.

A ideia de criar uma *Biblioteca Lusitana* ficou a dever-se a Alfredo Coelho de Magalhães, que a lançou em 30 de Novembro de 1912 na abertura de um ciclo de conferências, sobre História da Literatura Portuguesa, na Universidade Popular do Porto. No n.º 23 da «Vida Portuguesa», insere aquele renascente um artigo onde explicita o objectivo da nova série de publicações:

«Aqueles que trabalham pelo renascimento lusitano, com entusiasmo e com fé, porque o pressentem, reconhecem que ele depende, em grande parte, duma educação popular eminentemente nacionalizadora, tendo por fim criar no povo português um novo ideal colectivo, pela reencarnação das suas antigas

qualidades. Para a solução deste problema educativo, contribuirá grandemente o conhecimento das obras literárias que tenham dado expressão eterna àquelas qualidades e daí a necessidade urgente de popularizar a sua leitura [...] Compreenderá a «Biblioteca Lusitana» obras completas ou excertos que sejam reveladores da alma portuguesa, que tratem de figuras representativas da raça, que digam respeito a uma grande época histórica, que se imponham pelo seu significado moral ou que devam considerar-se como modelos de linguagem» [...]

À direcção da nova colecção ficará ainda ligado Jaime Cortesão que a irá iniciar com o volume *Cancioneiro Popular: Antologia e estudo crítico*, saído logo em Julho de 1914. O projecto quedar-se-á, porém, em nove títulos publicados, reunindo colaborações de Teófilo Braga, Francisco Torrinha, Afonso Lopes Vieira, Alfredo Coelho de Magalhães, Edgar Prestage e Augusto Pires de Lima.

A *Biblioteca Infantil e Popular*, por seu turno, teve vida ainda mais efémera. Sob responsabilidade de José Teixeira Rego, contará apenas dois títulos: *Cantigas do Povo para as Escolas*, com selecção, uma vez mais, de Jaime Cortesão, e os *Contos de M.^{me} Aulnoy (A Bela dos Cabelos d'ouro e Ave Azul)* com tradução e prefácio de Teixeira Rego. Ter-se-á fundido, depois, com outro projecto, de iniciativa de António Sérgio: *A Biblioteca de Educação* que não logrou aliás realizar-se como selecção. Segundo creio, da fusão das duas iniciativas terá resultado a edição diluída de uma série de quinze «Livros de Ensino» (entre os quais as célebres *Noções de Zoologia* do próprio Sérgio). Um indício permite tal conclusão: O plano delineado para a biblioteca popular, 2.^a secção, composta, no dizer do próprio director, de «volumes de ciência, arte e filosofia» constituindo «uma enciclopédia didáctica única no género» (*Vida Portuguesa*, n.º 26, pp. 44-45). Do projecto inicial sergiano ficaria apenas impresso, em sucessivas páginas do *Boletim* da Renascença Portuguesa, o apelo dirigido «a todas as pessoas de boa vontade» que concordassem «com a orientação geral manifestada nos seus [de Sérgio] artigos da «Águia» e da «Vida Portuguesa». Tal apelo constituiu, com aquela ressalva final, uma nítida demarcação do autor dos *Ensaio*s em relação à corrente saudosista dominante nas outras séries editoriais renascentes. Vale a pena, a esse propósito, atentar no seguinte passo desse apelo, inserto pela primeira vez no n.º 27 da «Vida Portuguesa» (p. 49).

«Esta Biblioteca [a de Educação] não terá carácter histórico ou filosófico, e não virá de maneira alguma a reproduzir as obras primas da literatura pedagógica desde Platão até hoje; o seu fim será exclusivamente prático e nacional: a aplicação imediata por qualquer pai, qualquer mãe, qualquer educador português, a uma criança portuguesa. À expressão «carácter nacional» competem duas acepções, uma afectiva e histórica, outra racional e utilitária. Na acepção afectiva e histórica, tem carácter nacional tudo que visa a fazer amar e conhecer as nossas coisas, a exaltar os nossos feitos, a patentear as nossas glórias, a inflamar directamente os sentimentos patrióticos; na acepção racional e utilitária tem «carácter nacional» tudo que visa a fazer

bem aos portugueses, tomando em conta as condições portuguesas, as necessidades portuguesas, as nossas virtudes mas também os nossos vícios — visto que são estes, exactamente, que se pretendem remediar. É neste último sentido o carácter nacional da *Biblioteca de Educação*» [...]

Cerca de duzentos títulos maiores, a que se juntaram 205 números da *Águia* e 39 da *Vida Portuguesa*, tal foi o crédito inscrito no balanço editorial da Renascença Portuguesa, apresentado vinte anos depois como «Haver» da cultura portuguesa das três primeiras décadas deste século.

De entre todos os activistas e teorizadores da Universidade Popular do Porto, nenhum teve lugar tão destacado como Jaime Cortesão. Não deixaria mesmo de intervir na criação de três extensões daquela renascente iniciativa, quais foram as Universidades Populares de Coimbra, Vila Real e Póvoa de Varzim. O gérmen dessa realização, seu próximo *pré-texto*, encontramos-lo na própria carta «genesíaca» do «poeta dos Descobrimentos» a Raul Proença, anunciando a «visão» do projecto, como o vemos, depois, no manifesto deste último proclamando «a escola e o livro» meios privilegiados de actuação da Renascença Portuguesa. Aí, também, o problema educativo figurava o primeiro entre as *pré-ocupações* do movimento.

Quarenta anos depois, em carta a Cortesão (datada de 9 de Novembro de 1951 e publicada por Óscar Lopes no livro de testemunhos dedicado ao primeiro dos renascentes na colecção «A Obra e o Homem» da editora Arcádia), recordava Álvaro Pinto, o emérito administrador da Renascença Portuguesa, telegraficamente embora, o balanço da actividade educativa das universidades populares. E fazia-o sobre o «Relatório e Contas» da Associação, relativa ao ano de 1913, publicado então sob o título «A Obra da Renascença Portuguesa». Tal folheto reproduz, por sua vez, um circunstanciado artigo do *Século*, de 25 de Abril de 1914, em que o número de lições e de alunos, valorizados pelos nomes dos respectivos «mestres», ressoam como um notável êxito de uma iniciativa integralmente realizada. Álvaro Pinto não plagiou. O artigo do *Século*, velho de quatro décadas, havia resultado de entrevista sua. Por isso não encontramos significativas diferenças nas informações recolhidas nesses dois textos. Por isso, também, eles constituem o mais seguro ponto de partida para a investigação que procure reunir complementarmente, numa síntese coerente e esclarecedora, esses e os múltiplos dados dispersos pelas páginas da *Vida Portuguesa*¹².

Setenta e sete lições de 17 cursos públicos (História Pátria, História da Literatura Portuguesa, Introdução às Ciências da Natureza, Física, Biologia, História da Filosofia, Comuna de Paris, Filosofia, Botânica, Vida e Obra de Camilo Castelo Branco, Demografia e Emigração, Magnetismo, Electricidade, Química, Conceitos de História, Obra e Vida de Gil Vicente e Higiene Infantil) e *quarenta e cinco lições semanais de 19 cursos especiais* (Desenho, Modelação, Contabilidade, Escrituração, Ortografia, História Pátria, Noções de Ciências, Música, Português, Francês, Inglês, Alemão, Russo, Trabalhos manuais e Direito comercial), frequentadas, só em 1914 (17 cursos) por 1272 e 252 alunos, respectivamente, constituíam, no final daquele ano (e no da própria iniciativa), a coroa de glória da Universidade popular do Porto, lídimo testemunho da intervenção pedagógica da Renas-

cença Portuguesa. De entre os professores, encontravam-se, nos cursos públicos, Jaime Cortesão, Alfredo Coelho de Magalhães, Gonçalo Sampaio, João Diogo, António Correia de Sousa, Leonardo Coimbra, Cristiano de Carvalho, Ezequiel de Campos, Pedro Indiveri, Gustavo Ávila Peres, João Pereira Salgado, Adolfo Vasques Gomes, Vasco Nogueira de Oliveira e, nos cursos especiais, de novo Jaime Cortesão, Alfredo Coelho de Magalhães e António Correia de Sousa, agora acompanhados por Narciso de Azevedo, António Barradas, Augusto Martins, António Dias Pimentel, J. Nunes Rocha, José de Carvalho, Ângelo Vidal, Carlos de Sousa, Oliveira Santos, Américo Ângelo, Januário Leite, Carlos Amaducci, Paulo de Brito, Miguel Rodrigues, Francisco Maria de Freitas e João Augusto Ribeiro.

O nome de Jaime Cortesão não ficou, apenas, ligado às universidades populares como agitador e activista. Aparece também como teorizador, numa série de artigos publicados no *Boletim* da Renascença Portuguesa. Aí, tenta esboçar os princípios que veremos, em boa parte, presidir ao desenvolvimento daquela iniciativa, princípios nem sempre claramente explicitados, mas que dão uma ideia aproximada da «filosofia» subjacente ao projecto. Julgo útil arquivar algumas das respectivas linhas de força.

Cortesão começa por reter o essencial da experiência francesa das universidades populares, após um longo artigo em que as distancias das universidades belga, inglesa e americana, como de outras iniciativas de «extensão universitária», mais ou menos enfeudadas aos poderes públicos e dependentes da iniciativa da Igreja ou do Estado («Vida Portuguesa», n.º 4, p. 25). Conhecedor da respectiva história, vê na iniciativa de Georges Deherme, que cita através do livro *Éducation ou Révolution* de Gabriel Séailles, a legítima precursora do movimento e verdadeira «conquista do direito do Povo à educação» (*Idem*, n.º 5, p. 33). Aceitando, embora, as premissas da experiência francesa, Cortesão procura «corrigi-la» em dois pontos principais: o alargamento da respectiva base social, isto é, a sua extensão à chamada classe média, que no seu entender compõe «o povo falsamente culto», e a projecção do objectivo final num sentido patriótico e humanitário:

«... Mas ambos — o Povo inculto e o falsamente culto, sofrem do mesmo grande defeito: é que não têm um ideal colectivo e nacional a unificar-lhes os esforços, sequer a tornar equilibrada, fecunda e nobre a acção individual. Quer uns, quer outros, desconhecem o conceito moderno de patriotismo — o patriotismo humanitário, que ensimesmando o indivíduo nas qualidades raciais, lhe valoriza não só a individualidade para a obra patriótica como também para a obra da Humanidade que a primeira deve implicar» [...]

Em segundo lugar, à Universidade Popular portuguesa atribui-se, na pena de Jaime Cortesão, um carácter algo experimental, decorrente, aliás, de um certo pragmatismo, radicado nas próprias «correções» introduzidas na lição francesa. Daí que o seu teorizador começa por discorrer sobre a necessidade das universidades populares em Portugal, «da sua oportunidade, da sua missão especial do nosso país», para aceitar que, embora

«animadas daquele mesmo espírito [francês]», sigam «acomodando-se às necessidades do nosso Povo.» (*Idem*, n.º 3, p. 19 e n.º 4, p. 26).

Os ideais republicanos de liberdade, tolerância e democracia apresentam-se como terceira linha de força, e coordenadas ideológicas mais salientes, da intervenção pedagógica das universidades populares, ali onde se reputam pedras angulares da nova sociedade e, ainda, oportunas lições das vicissitudes que, em França, sofreu o próprio ideal democrático. Tal é o sentido da seguinte glosa de Cortesão ao livro *L'Enseignement secondaire et la Democratie* de Vial (*Idem*, n.º 58):

«... É bem certo que o ideal democrático encerra grandes princípios. Ninguém de boa fé o pode contestar. Assim os homens que na sucessão dos anos os vieram a representar se não esqueçam deles, para que ao entusiasmo, esperança, sede de actividade generosa de hoje se não siga aquela apatia, desleixo e egoísmo retrógrado» [...]

A quarta nota a salientar, na teoria das universidades populares de Jaime Cortesão, reside no seu utopismo social; naquela convicção, cara aos primeiros socialistas franceses, da prioridade da transformação individual [pela educação] sobre a transformação social. Aí, a adesão salienta-se, de novo, sobre os postulados expressos por Deherme, convencido ele próprio «de que todos aqueles que tanto falam de transformações sociais, devem começar por transformar-se a si mesmos» (*Idem*, n.º 5, p. 33), para chegar a apresentar-se em aberto confronto com a defesa da revolução social (*Idem*, n.º 19, p. 145 e n.º 21, p. 1):

«... Isto me leva a crer que uma parte do operariado não se tenha ainda convencido da extraordinária importância que a educação haja para a solução da questão económica, como para o seu progresso e valorização definitiva nas lutas do futuro. Isso me levou igualmente a reflectir sobre aquilo a que se poderá chamar o *revolucionarismo providencialista*» [...]

A última, mas não derradeira, componente do pensamento de Cortesão sobre a intervenção pedagógica da Renascença Portuguesa, situa-se no prolongamento daquele fim patriótico e humanitário que o vimos defender como ideal colectivo e nacional, agora claramente fundido com os objectivos gerais do movimento renascente, buscando «dar ao povo português a consciência clara do original espírito lusitano e polarizar-lhe as energias no sentido alevantado de realizar um nobre ideal colectivo ...» No décimo número da «Vida Portuguesa» (p. 73-74), chega mesmo a justificar, por ele, todo o plano dos cursos a realizar:

«... Pelo ensino da história pátria e da história da literatura portuguesa nós pretendemos dar a conhecer os aspectos originais do espírito português. É certo que não faremos o ensino da história unicamente optimista, não mostraremos do nosso passado unicamente aquilo que para nós constitua motivo de orgulho mas também o que seja causa de vergonha. Tanto como as virtudes, é necessário que conheçamos os nossos de-

feitos para enaltecer umas e corrigir os outros. Servir-nos-á a história da literatura para nos dar a mais alta expressão do pensamento português. E uma e outra dessas histórias hão-de mutuamente auxiliar-se para mais completos ficarem os seus ensinamentos. Depois, para estabelecer uma ligação fecunda entre o presente e o passado e para sabermos como completar pela colonização a obra das descobertas organizada por nossos avós ensinaremos geografia e administração colonial. Mas, para bem conhecer o espírito lusitano, e contemplá-lo em todos os sentidos, como quem olha uma estátua por todos os lados, temos de comparar a nossa história ou outro antes a história do nosso espírito com a história do espírito dos outros povos. Faremos essa história sob três aspectos que aliás, não são inteiramente distintos uns dos outros: a história da civilização descriminando-se em três faces: a arte, a religião e a filosofia.

[...] Uma história com o aspecto sociológico e filosófico como a quer Fouillée, eis o que nós pretendemos realizar. Pela estética e história da Arte, procuraremos realizar uma obra que entre nós tem sido assaz desprezada: educar o poder da emoção em frente de todas as manifestações do Belo, enriquecendo assim a personalidade com a largueza de âmbito e uma simpatia e vibratibilidade que são das mais altas e gozosas virtudes que o homem pode possuir. No seu anseio de Infinito, no seu eterno desejo de se ligar à vida do Universo tem a consciência humana produzido tão sublimes criações que a história das religiões nos pode ensinar a verdade sobre o máximo de aspirações morais do homem. E demais, para o conhecimento do espírito lusitano necessário nos é comparar as nossas criações religiosas com as dos outros povos. E por fim a história da filosofia fazendo-nos conhecer a evolução do pensamento filosófico é, como diz Hoffding, o melhor meio de nos entendermos sobre o que seja filosofia. É ela que por fim dará a direcção a todas as nossas energias estabelecendo e procurando resolver dentro do nosso tempo os grandes problemas do espírito humano» [...]

Tal programa suscitará críticas a alguns e dúvidas a muitos mais. As duas últimas intervenções de Cortesão constituem, aliás, reflexo disso (*Vida Portuguesa*, n.º 21, p. 1 e n.º 22, p. 9). Elas aí estão, perenes, para quem queira, e possa, repensá-las.

NOTAS

¹ O presente texto, agora revisto, serviu de base a uma série de artigos publicados, em 1984, no «Diário de Lisboa». Passava, então, o primeiro centenário do nascimento de Jaime Cortesão.

² Depois reproduzido no Suplemento à 3.ª série da revista «Portucale», n.º 1, Jan.-Mar. 1962.

³ Saiu, também, no n.º 31 de «A Vida Portuguesa», Nov. 1914, p. 86.

⁴ No «Primeiro de Janeiro» de 28 Dez. 1951.

⁵ Biblioteca Nacional, Espólio de Raul Proença. Cota Esp. E7/515.

⁶ *Epistolário Ibérico*, Ed. da Câmara Municipal de Nova Lisboa, 1957, p. 14.

⁷ Carta de Jaime Cortesão a Raul Proença, *loc. cit.*, Esp. E7/517.

⁸ Palavras de Álvaro Pinto na revista «Ocidente», n.º 178, p. 48.

⁹ «Portucale», 3.ª série, vol. 1, n.º 3, 1955, pp. 115-123.

¹⁰ Não se encontra, ainda, feito o inventário exaustivo das edições saídas dos prelos da Renascença Portuguesa. Alvaro Bordalo publicou um primeiro subsídio, extraído do catálogo inserto no n.º 24 da «Águia» (Set. 1929) depois actualizado, na Gazeta do Bibliófilo da «Portucale», suplemento à 3.ª série, n.º 1, Jan.-Mar. 1962. É ele que tomo por medida. Acha-se, todavia, incompleto, quer no registo de alguns títulos daquelas colecções, quer por não considerar qualquer obra incluída nas edições conjuntas da Renascença Portuguesa e Anuário do Brasil.

¹¹ *Jaime Cortesão: A obra e o homem*, Arcádia, Lisboa, s.d., p. 74 e segs.

¹² No número dedicado a Jaime Cortesão e Raul Proença da «Revista da Biblioteca Nacional» (2.ª série, vol. 1, n.º 1-2, Dez. 1986), publicou, agora, Rogério Fernandes um estudo sobre Jaime Cortesão e a Universidade Popular do Porto que abre novas perspectivas de análise.